

**A. I. N°** - 281508.0422/07-1  
**AUTUADO** - NAZA COUROS LTDA.  
**AUTUANTE** - DÍLSON OLIVEIRA DE ARAÚJO  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/NORTE  
**INTERNET** - 29/02/2008

### **3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N° 0031-03/08**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. MERCADORIAS EM CIRCULAÇÃO DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A regularidade da mercadoria encontrada deveria ser comprovada mediante apresentação da nota fiscal no momento da ação fiscal. A apreensão constitui prova material da inexistência do documento fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração foi lavrado em 05/09/2007 e exige ICMS no valor de R\$663,00, acrescido da multa de 100%, tendo em vista que foi constatado o transporte de mercadoria sem documentação fiscal (1.500 quilos de couro bovino salgado), tendo sido esta diferença constatada na pesagem das mercadorias relacionadas na Nota Fiscal n° 000492 (fl. 06), emitida em 05/09/2007, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos n° 281508.0395/07-4, às fl. 05 e 06 dos autos.

O autuado apresenta defesa à fl. 14, inicialmente descrevendo a autuação e, a seguir, alegando que não houve a intenção de enganar o Fisco, tendo ocorrido que, no local do recolhimento dos couros não havia como pesá-los, pelo que foi adotada a determinação do peso por média de peso por unidade. Aduz que possui a habilitação para diferimento n° 0043770002, o que lhe possibilita pagar o ICMS pela circulação desses produtos por ocasião de sua venda, pelo que não haveria a necessidade de utilização “de tal procedimento”. Conclui solicitando a declaração de improcedência da autuação.

O autuante presta informação fiscal às fls. 26 a 28, na qual relata os termos da imputação e de sua impugnação, aduzindo que o contribuinte não nega o ilícito apontado. Aduz que o veículo transportador, como é hábito no tipo de comércio praticado pelo defendente, estava portando uma balança para fazer a pesagem da mercadoria a ser adquirida. Que os argumentos defensivos não podem ser acatados porque os produtos sem nota equivalem a 25% da carga transportada, e que “o trânsito de mercadoria com acobertamento parcial” não é hipótese prevista no RICMS/BA. Que a habilitação para diferimento não autoriza o contribuinte a circular com mercadoria desacompanhada de nota fiscal, e que o artigo 13 do RICMS/BA prevê o oposto, sendo o diferimento benefício condicionado à emissão e escrituração regular da documentação fiscal. Que o comportamento do contribuinte leva a presumir que a compra sem nota fiscal levará a saída sem nota fiscal e com sonegação de ICMS. Conclui pedindo a procedência da autuação.

#### **VOTO**

O Auto de Infração trata de operação realizada sem documentação fiscal, conforme Relatório.

Verifico que, no caso em exame, o contribuinte confessa o cometimento da infração, alegando não ter havido a intenção de sonegação fiscal. Porém, nos termos do §2º do artigo 40 da Lei n° 7.014/96, a responsabilidade por infração relativa ao ICMS independe da intenção do agente, ou beneficiário.

O Termo de Apreensão, assinado pelo autuado na condição de detentor das mercadorias, e o Termo de Conferência de Veículos, à fl. 09, constituem prova material da inexistência de

qualquer documento fiscal referente à diferença encontrada entre a quantidade de quilos acobertada pela Nota Fiscal nº 000492 e a quantidade de quilos encontrada no momento da autuação.

De acordo com os artigos 201, I, e 220, inciso I, ambos do RICMS/97, as notas fiscais correspondentes deveriam ter sido emitidas antes de iniciada a saída das mercadorias, e o imposto foi exigido do autuado por estar transitando com mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal.

*Art. 201. Os documentos fiscais especificados no art. 192 serão emitidos pelos contribuintes do ICMS (Conv. SINIEF, de 15/12/70, Conv. SINIEF 06/89 e Ajustes SINIEF 01/85, 01/86 e 01/89):*

*I - sempre que realizarem operações ou prestações de serviços sujeitas à legislação do ICMS;*

*Art. 220. A Nota Fiscal será emitida nos seguintes momentos:*

*I - antes de iniciada a saída das mercadorias;*

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281508.0422/07-1**, lavrado contra **NAZA COUROS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$663,00**, acrescido da multa de 100% prevista no art. 42, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 20 de fevereiro de 2008

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - RELATORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR